

# A TEORIA DA LINGUAGEM EM JOHN LOCKE

JOHN LOCKE'S THEORY OF LANGUAGE

Camila Bozzo MOREIRA<sup>48</sup>

**RESUMO:** Este artigo visa analisar o papel da linguagem apresentado no Livro III, “Das palavras”, do “Ensaio sobre o entendimento humano” de John Locke (1979). O interesse se dá pelo fato da grande influência do argumento ali presente no pensamento dos séc. XVII e XVIII; atingindo inclusive diversas discussões atuais. Não se pretende, devido ao parco espaço que seria reservado a tamanha discussão, abordar aqui essa influência. Entretanto, ela será superficialmente apresentada ao longo do texto. Para tanto, será apresentado um breve panorama da importância desse terceiro livro em específico para o estudo da linguagem para propor uma reflexão sobre de que forma os pontos ali discutidos contribuem para a discussão sobre tradução. Os trechos destacados do *Ensaio* servirão de fio condutor para esse debate.

**PALAVRAS-CHAVE:** John Locke; teoria da linguagem; significação.

**ABSTRACT:** This article intends to discuss the role attributed to language in the Book III, *Of Words*, from John Locke's *An Essay Concerning Human Understanding* (1979). It goes without saying that Locke's arguments played an influential role on the philosophy of the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> century; nowadays it's influence is still perceivable. I do not aim to explore this influence on such a reduced space, it will, however, be superficially portrayed. Therefore I intend to show the importance of Book III mainly when it comes to the philosophy of language. So, based on a few excerpts, I will be able to analyze how the above mentioned topics contribute to the debate about translation

**KEYWORDS:** John Locke; theory of language; signification.

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende refletir sobre a teoria da linguagem inserida no “Ensaio sobre o entendimento humano”, de John Locke (1979), especialmente, no Livro III, “Das palavras”, essa que influenciou o pensamento no séc. XVII e se perpetrou até

<sup>48</sup> Mestranda em Estudos da Tradução pela Universidade de São Paulo – USP.

os dias atuais – ainda que a conexão entre o pensamento produzido atualmente, e o debate apresentado por Locke naquela época aparente sutil.

O fio condutor para refletir a problemática sobre o caráter particular intrínseco à linguagem, que é por natureza socialmente estabelecida e determinada, será entender a importância desse terceiro livro para o contexto em que o livro foi publicado pela primeira vez e, conseqüentemente, para o pensamento da época. A partir deste panorama, será possível pensar sobre o papel da linguagem no entendimento humano, tal como propõe Locke.

## 1. SOBRE O LIVRO III, *DAS PALAVRAS*

O Livro III, *das palavras*, é dedicado à discussão da linguagem, a qual já se configurava desde o Livro II, *das ideias*. Isso se dá pelo fato de Locke considerar as questões acerca da linguagem de grande importância para a aquisição do conhecimento. Locke afirma:

Quando iniciei este discurso sobre o entendimento, e um bom tempo depois, não me passou pela cabeça que seria necessária qualquer consideração acerca das palavras. Mas, quando, depois de abordar a origem e a composição de nossas ideias, comecei a examinar a extensão e a certeza de nosso conhecimento, descobri uma ligação tão próxima com as palavras que, a menos que sua força e modo de significação fossem considerados desde o início, pouco poderia ser dito de forma clara e pertinente a respeito do conhecimento, o qual, tratando unicamente da verdade, está sempre encerrado às proposições. (III.ix.21)

Hans Aarsleff (1964:167) comenta como as palavras e sua significação assumiram para Locke um papel crucial no seu pensamento, já nos dois rascunhos de 1671, que precederam à publicação do *Ensaio*, em 1690.

No *Draft A do Ensaio sobre o Entendimento Humano*, por exemplo, há algumas diferenças em relação à versão final do *Ensaio*, como comenta Bento Prado Neto (2013) no posfácio da tradução brasileira. Uma delas é justamente

a falta de um elemento estrutural que corresponda ao livro III, *Das palavras* (embora, por outro lado, encontremos assinalada, já na primeira página, a necessidade de um exame que não é outro que aquele desenvolvido no livro III) (2013:104).

Esta diferença seria uma das duas hesitações presentes na obra, mais propriamente, a que se refere a uma demarcação entre *termos* e *proposições*. Segundo Neto,

Nas seções iniciais, Locke chega a caracterizar certos termos (ideias complexas) como consistindo em proposições; na seção 8 tal caracterização é explicitamente abandonada, e Locke opõe de forma definitiva termos a proposições. Mas nas seções anteriores a linha de demarcação parecera se mostrar menos nítida, flutuando entre o plano das ideias e o plano da linguagem. Essa primeira hesitação está diretamente vinculada à constatação de que, tratando do conhecimento humano, não podemos nos furtar do exame das palavras e distinguir o entendimento das palavras do conhecimento das coisas. Ela está, em consequência, na origem do livro III (2013:104-105).

Central, contudo, para esse terceiro livro é a reflexão sobre a classificação das ideias estabelecidas no livro II, *das ideias*. Locke abre esse livro afirmando que: “ideia é o objeto do pensamento” (II.i.1), a qual provém da sensação e da reflexão. John Yolton, ao discorrer a respeito desse termo em Locke, comenta que ele relacionou-o com “outras acepções anteriores de conhecimento, acepções que empregavam palavras como ‘fantasma’, ‘noção’ e ‘espécie’. O termo ‘ideia’ para Locke expressa, segundo ele, o que esses outros termos significam” (1993: 88).

Locke, como destaca Yolton, estava ciente da herança cartesiana referente aos problemas com esse termo, por isso teria uma preocupação na definição de ideia que evitasse um atrito vocabular, pois “acredita que se tivermos ideias precisas e determinadas como referentes para as palavras, disputas verbais podem ser minimizadas [...]” (Idem, 89).

E, J. Lowe atenta também para o cuidado que se deve ter com esse termo, seja no múltiplo emprego que teve no séc. XVII, seja no emprego feito por Locke. Ele diz:

Um jeito em que Locke *não* usa o termo “ideia” é no sentido platônico, denotando uma forma transcendente (e quando é entendida nesse sentido, evita-se a confusão grafando “Ideia” com letra maiúscula). Para Locke, as ideias são fenômenos subjetivos e mentais – apesar de ele reconhecer (II.viii.8) que ele às vezes emprega o termo “ideia” de modo negligente para denotar uma *qualidade* de um objeto físico que existe externamente à mente. (Não devemos perder esse uso de vista, muito embora o próprio Locke o repudie, porque os empiristas tardios – notavelmente o “idealista” Berkeley – defendiam uma *identidade* entre ideias e qualidades, negando que estas fossem, como Locke pensava, propriedades de objetos que independem da mente) (2002: 19, grifos do autor).

O autor aponta ainda para o uso ambíguo que Locke faz do termo quando o define como; “tudo aquilo que a mente percebe em si mesma, ou é objeto imediato da percepção, pensamento ou entendimento” (II.viii.8). Ideia seria interpretada como se referindo a dois fenômenos mentais distintos: percepção e concepção, como Locke pontua:

Por exemplo, quando uma pessoa vidente sem deficiências enxerga um objeto vermelho e verde à luz do dia, ele ou ela gozará de qualidades distintas de experiência de cor – “qualia” no jargão moderno – que estarão ausentes da experiência perceptual de uma pessoa daltônica nas mesmas circunstâncias. Locke parece, ao menos em alguns momentos, empregar o termo “ideia” para se referir a esse qualia experiencial. Entretanto, há momentos em que ele também emprega esse termo para se referir àquilo que atualmente denominamos *conceito* – ou seja, os componentes significativos dos pensamentos que contemplamos privativamente e tentamos comunicar a outro por meio da linguagem (Idem, 20; grifos do autor).

Lowe alerta também para o fato de que, embora haja essa possibilidade de dupla interpretação do termo, não se deve supor ingenuamente, que haja algum tipo de confusão entre percepções e concepções. Muito pelo contrário, essa suposta

ambiguidade revelaria o verdadeiro projeto do *Ensaio*: “forjar uma ligação entre a experiência perceptual e nossos recursos intelectuais” (Ibidem.), ou seja, há um desejo por parte de Locke em demonstrar como o material de nosso pensamento e entendimento tem origem na experiência perceptual.

De qualquer modo, resta entender o que Locke entende quando usa “objeto imediato” para definir ideias. Para Lowe, essa aproximação significaria que as ideias seriam coisas de algum tipo com as quais a mente estabeleceria alguma forma de relação. Ele questiona: “ao falar delas como objetos *imediatos*, estaria ele sugerindo que a nossa consciência de *outros* objetos ‘externos’ seria *mediada pela* nossa consciência de ideias que, portanto, constituiriam algum tipo de tela ou véu entre nós e esses outros objetos?” (Ibidem.) Para Lowe, Locke não deve ser lido de modo a entender as ideias sendo “semelhantes a coisas”, mas, como representante de um empirismo – deixando claro o desejo de um termo mais adequado – que contemplaria, ao mesmo tempo o atomismo – por conta da divisão proposta por Locke em ideias simples e compostas – e o construtivismo – pelo fato de Locke afirmar que nossas ideias derivam da experiência.

Partindo dessa premissa, Locke divide, então, as ideias em simples, complexas, de substâncias, de modos mistos e de relações. Grosso modo, ideias simples seriam as representações das operações mentais e objetos de nossos sentidos. Para Locke,

Os homens [...] têm disponível menos ou mais ideias simples externas dependendo se os objetos com os quais estão familiarizados possuem maior ou menor variedade; e das operações internas de suas mentes dependendo se elas os refletem mais ou menos (II.i.7).

Ou seja, verificar-se-á o argumento de que as ideias derivam, em última instância, da experiência. Ulrich Ricken comenta esse aspecto: as ideias originam-se todas da experiência. Esta é entendida de duas formas: as impressões sensoriais do mundo e o processamento intelectual das ideias providas pelos sentidos (2002: 71).

É possível ainda combinar estas ideias simples em ideias complexas. Locke aponta três atos da mente responsáveis por realizar essa combinação:

(1) Por meio da combinação de várias ideias simples em uma só composta; e, assim, todas as ideias complexas são produzidas. (2) O segundo é juntar duas ideias, sejam simples ou complexas, e substituí-las por outra, de modo a observá-las de uma só vez, sem uni-las em uma; dessa forma obtém-se a totalidade de suas ideias de relação. (3) O terceiro é separá-las de todas as outras ideias que as acompanham em sua real existência: a isso se denomina abstração e, portanto, todas as suas ideias gerais são produzidas. (II.xii.1)

Quando as mesmas ideias simples são reunidas em uma ideia composta, essa união recebe o nome de modo simples. No entanto, quando diferentes ideias simples, ou ainda, ideias simples e compostas são reunidas, a união pode receber dois nomes: ideias de substâncias e modos mistos.

A ideia de substância, para Locke, refletiria o conjunto de ideias que aparecem sempre juntas na natureza. Entretanto, pelo fato de não ser possível imaginar “como essas ideias simples podem subsistir por si mesmas, acostumamos a supor a existência de um substrato no qual elas de fato subsistem e do qual elas de fato resultam, a que, portanto, chamamos substância” (II.xxiii.1). Isso significa que seria impossível identificar todas as ideias simples que compõem uma substância.

Lowe explica que haveria uma concordância inicial com a tradição aristotélica ao chamar de substância coisas concretas, individuais e constantes, como árvore, pedra ou homem (2002: 72). Entretanto, a semelhança acaba quando Locke afirma que a forma desses objetos físicos não corresponde à sua realidade, isto é, ao elencar as qualidades sensíveis de uma árvore, por exemplo, não se chegará às ideias que compõem sua existência, mas, à constituição atômica da árvore que não contém qualquer rastro do que seria a árvore em sua essência. Aqui, Lowe chama a atenção mais uma vez para a forma como “ideia” deve ser interpretada para uma correta

interpretação da definição oferecida por Locke. Assim, comentando o trecho do *Ensaio* acima citado, ele diz que

quando ele [Locke] diz, nessas passagens, que concebemos *ideias* como necessitando de algo que lhes dê suporte ou em que subsistam ou a que se “conectem”, não está apontando (muito embora também concordasse com isso) para o fato de que *estados mentais* devam ser estados de uma substância de algum tipo (provavelmente de um “espírito” ou “alma”), mas para o fato de que *qualidades* de objetos físicos que causam essas ideias em nós demandam um apoio de algum “substrato” *material* “externo” (Idem: 74; grifos do autor).

Substrato, nesse caso, envolveria a combinação de duas noções distintas: “uma é a noção de haver uma relação de dependência ontológica entre qualidades e as substâncias individuais ou ‘coisas’ de que são qualidades, e a outra é a noção algo dúbia de ‘matéria prima’” (Ibidem). Essa “matéria prima” seria o algo que conecta as qualidades, mas que não pode ser definido, identificado ou rastreado. Para o momento, entretanto, basta esse entendimento mais abrangente.

Os modos mistos, por outro lado, seriam ideias complexas agrupadas pela mente, e dela dependentes, diferente das substâncias. Yolton (1993:142) resume as três formas de se gerar os modos mistos: pela experiência e observação, pela invenção e pela explicação dos nomes de ações. Isso significa que seria possível rastrear as ideias simples que os compõem, pois, “as ideias simples que compreendem um modo misto são com frequência específicas para cada sociedade e sempre relacionadas ao que é julgado como importante e digno de um nome particular” (Idem).

Ademais, Locke reconhece que há ideias que são obtidas por meio da comparação entre duas outras ideias, as ideias de relação. Nesse caso, “o entendimento, na consideração de qualquer coisa, não está confinado àquele objeto específico: ele pode conter uma ideia como se ela estivesse fora dele, ou ao menos além dele, de modo a verificar sua conformidade com qualquer outro” (II.xxv.1).

No entanto, tal como ele mesmo pontua,

há uma relação tão próxima entre ideias e palavras, e as nossas ideias abstratas e palavras gerais possuem uma relação tão constante umas com as outras, que é impossível falar de forma clara e distinta do nosso conhecimento, o qual consiste em sua totalidade de proposições, sem considerar primeiro a natureza, o uso e a significação da linguagem (II.xxxiii.19).

Assim, fica claro que, para se discorrer sobre o conhecimento, é necessário, antes, se deter à análise da linguagem e, por extensão, das palavras, instrumento por meio do qual aquele pode ser comunicado. E é essa a justificativa para Locke se dedicar à natureza e ao uso das palavras no Livro III.

Ao se deparar com o problema no uso delas para a classificação das categorias de ideias acima apresentada, Locke rejeita que haja uma classificação única de coisas na natureza. Para ele, como relata Uzgalis (2012: 13), haveria diversas maneiras para classificar o mundo, cada uma variando a partir de um propósito particular. Diferindo da doutrina aristotélica que afirmava que haveria uma classificação natural das coisas, Locke entende que não há “limites fixos na natureza para serem descobertos, ou seja, não há pontos de demarcação claros entre espécies” (Idem). Uma convenção coletiva em cada comunidade pautaria a classificação de ideias, ao representá-las por palavras específicas. Isto é, haveria uma arbitrariedade determinada pelo uso específico da linguagem na forma de se organizar as coisas da realidade. Seguindo essa lógica, conhecer os mecanismos de funcionamento dessa linguagem auxiliaria na compreensão da aquisição e da organização destas ideias que fundamentam o conhecimento humano.

## **2. O PAPEL DA LINGUAGEM**

Antes de refletir sobre como Locke pensava a linguagem, é preciso inseri-lo na discussão do séc. XVII, como ressalta Ott (2008). Ele diz que

Locke compartilha com seus predecessores um compromisso com o que eu gostaria de chamar de “mentalismo”: a visão de que a linguística herda seu significado do mental. O trabalho de intencionalidade ou relação (aboutness) ocorre no nível do mental; as palavras surgem, por convenção, para servir como “sinais” dos conteúdos mentais (2008: 291-2).

O “mentalismo” em Locke é ressaltado em outros autores, como William Lycan (2008) e Lowe (2002). Trata-se, portanto, do primeiro ponto a ser investigado quando se analisa o papel da linguagem em Locke.

O nível mental, como se vê, é o que regula a produção da linguagem no indivíduo. Isso se justifica pelo fato de Locke rejeitar as ideias inatas. Ayers (2000) explica que “não há ideias inatas, e não há nenhuma apreensão inata de como o mundo, em última análise, é” (2000: 13), ou seja, retoma-se a reflexão feita anteriormente sobre as ideias como objetos do pensamento que são determinadas pelos modos como as experienciamos. Dessa forma, “assim como os sentidos nos dão apenas um conhecimento superficial e grosseiro dos objetos externos, do mesmo modo a ‘reflexão’ torna-nos conscientes de nosso pensamento, mas, não da natureza última do pensamento” (Idem, 14).

Para Locke, como anteriormente comentado, haveria, portanto, duas fontes de conhecimento: sensação e reflexão. Todas as ideias seriam originadas da experiência, resumida às impressões sensoriais recebidas do mundo e ao processamento intelectual das ideias geradas pelos sentidos. A linguagem, vista sob esse prisma, ocorreria num segundo momento, de acordo com Ricken:

somente no terceiro livro Locke enfatizou que até mesmo as designações de conceitos abstratos possuíam originalmente um significado sensorial e que a referência original dessas palavras a coisas concretas seria mais outra indicação de que todos os objetos do pensamento se originaram nos sentidos.(2002: 71)

Ricken se refere ao seguinte trecho do *Ensaio*:

Talvez sejamos levados um pouco além do original de todas as nossas noções e nossos conhecimentos se **repararmos quanta dependência as nossas palavras têm de ideias sensíveis comuns; e quanto essas, que são usadas para representar ações e noções bastante desprovidas de sentido, têm seu surgimento daí e, a partir das ideias sensíveis óbvias, são transferidas para significações mais abstrusas e forçadas a representar ideias que não chegam ao conhecimento de nossos sentidos.** [...] [Afinal, elas] **não consistem em nada além das percepções sensíveis externas ou de operações internas à mente humana sobre elas.** Pois não temos, como já se provou, nenhuma ideia, senão o que originalmente provém tanto de objetos sensíveis externos, quanto do que sentimos dentro de nós, a partir dos mecanismos interiores do nosso espírito, dos quais temos consciência dentro de nós mesmos (III.i.5, grifos meus).

Esse é um dos trechos mais acessados no terceiro livro, pois, é justamente nele em que é possível identificar uma das primeiras discussões a respeito da origem da linguagem. Michael Losonsky é um dos autores que deixa clara a importância da linguagem para Locke e de como o entendimento de ideia é necessário para compreender a sua teoria:

[O *Ensaio*] inclui uma preocupação com a linguagem que ocupa um lugar significativo na história da filosofia. Locke não apenas associa o conceito de uma ideia para explicar percepção e conhecimento, como também o usa para desenvolver uma teoria da linguagem (2007: 286).

Haveria um adiamento consciente no trato sobre o entendimento humano – o qual ocorre mais solidamente apenas no livro IV – pelo fato de Locke perceber ser inadiável a discussão sobre a linguagem. Novamente, Losonsky traz uma explicação para isso:

Fica claro por que ele se dedica à linguagem. Depois de discutir as origens e tipos de ideias que possuímos, Locke, num primeiro momento, quis se dedicar ao papel que as ideias desempenham na cognição humana e o que os seres humanos podem esperar saber dada a natureza das nossas ideias. Entretanto, ele adiou essa discussão sobre o conhecimento humano e optou por se ater à linguagem porque ele concluiu que a linguagem desempenha um papel central na cognição humana (Idem, 287).

O trecho II.xxxiii.19 já citado e comentado anteriormente localiza o argumento de Locke. Além disso, explicita a proximidade que há entre as palavras e as ideias: as palavras dependem das ideias que são sensíveis, ou seja, apreendidas por meio dos sentidos e daí se desenvolvem, por meio da reflexão, em significações que não passam por nosso conhecimento consciente até atingir o significado acessado pelas palavras.

É nesse trecho ainda, que se percebe a relação necessária com o mundo exterior na aquisição de conhecimento e, por consequência, da linguagem. Sem a experiência, não há registro, não há comunicação.

Losonsky (2007: 287-8) acrescenta ainda que Locke, ao aprofundar sua discussão sobre a aquisição do conhecimento, insere um novo termo que não fora citado nos rascunhos anteriores à versão final do *Ensaio*: a significação da linguagem, de onde se fundamenta aquela proximidade apontada já no final do livro II. Esse termo é introduzido no segundo capítulo do livro III, *da significação das palavras*, no qual Locke argumenta logo de início que:

*As palavras são sinais sensíveis, necessários para a comunicação de ideias.* O homem, mesmo que tenha uma grande variedade de pensamentos, e tantos quais de que outros e ele mesmo pode se beneficiar e gozar, ainda assim, todos eles estão dentro de seu próprio peito, invisíveis e escondidos de outros; tampouco, podem manifestar-se por conta própria. E, como o conforto e o progresso da sociedade não poderiam existir sem a comunicação dos pensamentos, **foi necessário que o homem encontrasse sinais sensíveis externos, por meio dos quais essas ideias invisíveis, das quais seus pensamentos são feitos, pudessem tornar-se conhecidas por outros.** Para esse propósito não houve nada mais apropriado, tanto pela abundância como pela celeridade, que esses sons articulados os quais ele se percebeu capaz de produzir com tanta facilidade e variedade. Dessa forma, **devemos compreender como as palavras, que se adaptaram tão bem a esse propósito, vieram a ser utilizadas pelos homens como sinais de suas ideias;** mas não por alguma conexão natural que há entre sons articulados particulares e certas ideias, senão haveria apenas uma única língua entre todas as pessoas, mas por uma imposição espontânea em que uma determinada palavra se torna arbitrariamente a marca de uma determinada ideia. O uso das palavras consiste, portanto, em que sejam marcas sensíveis das ideias; e as ideias por elas representadas são sua

própria e imediata significação (III.ii.1; grifos em negrito meus, em itálico do autor).

Esse trecho reforça a necessidade de compreender a relação entre as ideias e as palavras antes de tratar sobre a aquisição do conhecimento. Essa relação como se vê é um artifício humano cujo propósito primário seria a comunicação dos pensamentos.

Fica claro também que há, para Locke, dois tipos de sinais – entendidos como marcas com algum tipo de significado: as ideias e as palavras. As ideias seriam entendidas como sinais para as sensações das coisas e as palavras, para essas ideias. A seguinte passagem do trecho recém-citado do *Ensaio* revela exatamente essa lógica:

dar nomes que talvez possibilitasse a outros homens conhecer quaisquer operações que sentiram em si mesmos, ou quaisquer outras ideias que não foram percebidas por seus sentidos, iria torná-los dispostos a emprestar palavras das ideias de sensação usualmente conhecidas. Desse modo, significaria permitir que outros concebessem essas operações que eles experimentaram em si mesmos, mas que não tiveram qualquer manifestação externa sensível (III.i.5).

Haveria uma relação à medida que os significados de uma expressão linguística com significado fossem ideias na mente do falante (LYCAN: 2008, 66). Para que uma palavra seja um signo, portanto, é necessário que seja significativa, ou seja, que represente uma ideia. Nas palavras de Lycan,

Nesse tipo de visão [da teoria ideacional], uma sequência de marcas ou sons ser significativa é essa sequência *expressar* – ou de algum modo significativamente corresponder a – um estado mental produtor de conteúdo no qual o falante se encontra, uma ideia, uma imagem, ou talvez um pensamento ou uma crença. (Idem).

O que Lycan e Lowe (2002: 147) entendem por “teoria ideacional” pode ser comparado àquilo que Ott chama de “mentalismo”. Há um estado mental que, por meio da experiência, do estímulo do mundo externo, produzirá um conteúdo o qual deverá ser veiculado de forma significativa por meio da linguagem.

A teoria linguística de Locke lança suas bases exatamente nesse princípio, como concordam Ott (2008: 293) e Kretzmann (1976: 334): “**as palavras** em sua significação primária ou imediata, não **representam** outra coisa, senão **as ideias na mente daquele que as usa**” (LOCKE, 1979, III.ii.2; III.ii.4; III.ii.8; grifos meus)

John Locke, por esse motivo, estabelece o papel das palavras logo no início do livro III e, por consequência, da linguagem. Estando essa etapa esclarecida, é possível determinar o uso adequado desse instrumento para a sua principal função: a comunicação (além do registro dos próprios pensamentos). Segundo Locke,

*As palavras, em sua significação imediata, são os sinais sensíveis das ideias daquele que as usa. Posto que o uso que os homens fazem dessas marcas consiste tanto em registrar os próprios pensamentos, como assistência à sua própria memória, quanto, por assim dizer, em expressar suas ideias e expô-las à visão dos demais, as palavras, em sua significação primeira ou imediata, nada representam além das ideias na mente daquele que as usa, por mais imperfeita ou descuidada que seja a forma como essas ideias são colhidas das coisas as quais elas deveriam simbolizar (III.ii.2, grifos do autor).*

É por esse motivo que surge a necessidade de se afixar os sons articulados produzidos pelos homens a “ideias dentro da sua própria mente, por meio das quais, aqueles poderiam ser conhecidos por outros, e os pensamentos da mente dos homens comunicados de um para o outro” (III.i.2). Foi preciso encontrar algo externo que pudesse transportar esses pensamentos internos ao indivíduo: a linguagem cuja função segue listada, tal como o autor propõe:

Primeiro, tornar conhecidos os pensamentos ou as ideias de um homem a outro; segundo, fazê-lo com a maior desenvoltura e prontidão possível; e, terceiro, transmitir, dessa forma, o conhecimento das coisas: a

linguagem é violada ou deficiente quando há uma falha em um desses três fins (III.x.23).

Essa falha se dá devido ao caráter particular da linguagem. Isso porque, retomando a teoria ideacional em Lycan e Lowe, ou o conceito de mentalismo, citado por Ott, há um atrito na relação entre as palavras e as ideias. Estas, como já discutido, são particulares porque são formadas a partir das experiências pessoais de cada indivíduo. Em decorrência disso, o falante teria de fazer um uso também particular das palavras para representar suas ideias. O atrito surge porque o significado da palavra é estabelecido socialmente.

Locke “considera seu uso na comunicação *primário*, todos os outros usos derivariam do uso comunicativo” (KRETZMANN: 1979, 337; grifo do autor). O uso comunicativo prevê a transmissão das ideias de um indivíduo para o outro e, para que ele ocorra adequadamente, é preciso compreender a natureza das palavras, ou seja, como elas vieram a se tornar sinais das ideias, “mas não por alguma conexão natural que há entre sons articulados particulares e certas ideias, senão haveria apenas uma única língua entre todas as pessoas, mas por uma **imposição espontânea** em que uma determinada palavra se torna arbitrariamente a marca de uma determinada ideia” (III.ii.1, grifos meus).

Fica claro que Locke enxerga a relação entre as palavras e as ideias como um artefato humano e, por isso, arbitrária. Essa arbitrariedade se torna um risco para a aquisição e a propagação do conhecimento. Aarsleff (1964:167) aponta para essa questão; o obstáculo para o bom senso e o conhecimento seriam as palavras como um todo. Nas palavras de Locke,

é evidente que elas [as palavras] signifiquem apenas as ideias particulares dos homens, e isso por uma imposição perfeitamente arbitrária. Assim, aquelas não são capazes de incitar em outros (mesmo que usem a mesma linguagem) as mesmas ideias que acreditamos serem seus sinais. E todo homem possui uma liberdade tão inviolável de fazer com que as palavras representem as ideias que melhor lhe aprouver, que a ninguém é concedido o poder fazer com que outros tenham em suas mentes as

mesmas ideias que ele, quando utilizam aquelas mesmas palavras que ele (III.ii.8).

Ott, ao discutir esse aspecto, esclarece que Locke é consciente da possibilidade da má, ou ainda da completa ausência de comunicação por conta da particularidade das ideias:

Locke está entre os primeiros a insistir nisto: se dois falantes usam palavras para ideias diferentes, eles “falam duas línguas” (III.ii.4). Nossa preguiça em não tomar o tempo necessário para se assegurar de que estejamos usando as palavras da mesma maneira é a responsável por grande parte da confusão e ineptidão que assola tanto a filosofia quanto a ciência natural (2008: 292).

Por isso a necessidade de observar mais atentamente o modo de significação das palavras. O Livro III apresenta também como proposta apontar as imperfeições das palavras, bem como oferecer um remédio para a elaboração de um discurso pleno. Para tanto, tal como aponta Ashworth (1984:50), Locke enfatiza a importância de aprimorarmos o nosso conhecimento do mundo – indo além das regras gramaticais e estudando a história natural – para, assim, tornar as nossas palavras mais precisas. E, como aponta Ott (2008: 292), Locke, ao buscar explicar o modo como as ideias acabam por representar seus objetos, também contribui para garantir que não estaríamos, em princípio, excluídos dos significados uns dos outros.

## CONCLUSÃO

Muito do que é discutido no Livro III não foi analisado neste artigo a fim de se privilegiar o debate sobre a linguagem e a significação. Evidentemente que os argumentos apresentados para remediar o mau uso das palavras, especialmente no discurso filosófico, grande preocupação de Locke, esclarecem questões quanto à especificidade de termos nas línguas – tanto o é que os capítulos finais, IX, X e XI, são dedicados a essa problemática. Esclarecedora também é a análise apresentada

nesse mesmo Livro acerca dos termos gerais, obtidos por meio da abstração das ideias complexas.

Fica também superficialmente abordada a relação de Locke com seus predecessores e sucessores, como já destacado, pela extensão limitada do artigo; tratar esse assunto de forma grosseira recairia numa violação ao conhecimento muito pior do que aquele provocado pela má utilização das palavras. Não pode, porém, ser ignorado o papel crucial desses elementos na contribuição para o entendimento de uma teoria de linguagem que ecoa até os dias de hoje e que estruturam toda a reflexão sobre tradução. As referências podem, assim, servir como norteadoras para a manutenção do debate.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARSLEFF, H. Leibniz on Locke on Language. In: **American Philosophical Quarterly**, v. 1, n. 3: 1964, pp. 165-188.

ASHWORTH, E.J. Locke on Language. In: **Canadian Journal of Philosophy**. v.14, n.1, mar., 1984, pp. 45-73.

AYERS, M. **Locke: ideias e coisas**. (Col. Grandes Filósofos) São Paulo: Editora Unesp, 2000. (Trad. José Oscar de Almeida)

KRETZMANN, N. The Main Thesis of Locke's Semantic Theory. In: PARRET, H. (ed.) **History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics**. Berlin & New York: de Gruyter, 1976. (p. 330-347)

LOCKE, J. **An Essay Concerning Human Understanding**. Oxford: Clarendon Press, Oxford University Press, 1979.

\_\_\_\_\_. **Draft A do Ensaio sobre o entendimento humano**. São Paulo: Ed. Unesp, 2013. (Trad. João Paulo Pimenta)

LOSONSKY, M. Language, Meaning, and Mind in Locke's Essay. In: CHAPPELL, V. (org.) **The Cambridge Companion to Locke**. Cambridge, New York, Melbourne: Cambridge University Press, 1994. (pp. 286-312)

LOWE, E. J. **Guidebook to Locke Human Understanding**. London: Routledge, 1995

LYCAN, W. G. **Phylosophy of Language: A Comtemporary Introduction**. 2ed. New York & Oxom: Routledge, 2008.

OTT, W. **Locke's Philosophy of Language**. New York: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Locke on Language. In: **Philosophy Compass** 3/2, 2008. (p.291-300)

RICKEN, U. **Linguistics, Anthropology and Philosophy in the French Enlightenment: A contribution to the history of the relationship between language theory and ideology (History of Linguistic Thought)**. London e New York: Routledge, 2003.

UZGALIS, W. **Locke's Essay concerning human understanding: a reader's guide**. London & New York: Continuum, 2007.

YOLTON, J. W. **A Locke Dictionary**. Oxford & Cambridge: Blackwell Publishers, 1993.

Recebido em 29/08/2016

Aceito em 15/12/2016